

**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**  
**PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO**

**RESOLUÇÃO Nº: 312/99**

**SESSÃO DE 07/06/99**

**PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/000681/95**

**A.I. Nº: 387487/94**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RECORRIDO: MUSA MANUFATURA E SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA.**

**CONSELHEIRO RELATOR: RAIMUNDO AGEU MORAIS**

**EMENTA**

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS FISCAIS. Praticado por autoridade incompetente, o ato se reveste de vício insanável, resultando em sua nulidade absoluta, nos termos do art. 32 da Lei nº 12.732/97. Confirma-se a decisão declaratória de NULIDADE do Auto de Infração proferida na Primeira Instância. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO**

Segundo o relato do Auto de Infração, a empresa autuada, cuja inscrição estadual foi baixada, **ex officio**, do Cadastro Geral da Fazenda – através do Ato Declaratório nº 002/95 (publicado no DOE em 05/01/95) –, extraviou 150 (cento e cinquenta) documentos fiscais da série única, de nºs 001 a 0150.

Como dispositivos legais infringidos, os autuantes indicam os arts. 30, parágrafo 4º, e 31, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 22.322/92, sugerindo como penalidade a prevista no art. 31, inc. XIII, do referido Decreto.

Instruem o trabalho fiscal os documentos apensos às fls. 03 a 12 dos autos.

Em tempo, a autuada apresenta impugnação ao feito fiscal.

Na Instância Singular, o nobre julgador decidiu pela nulidade do presente Auto de Infração.

A ilustre Consultora Tributária, através do Parecer nº 208/99 (anexo às fls. 59/60 dos autos), propôs o conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão declaratória de nulidade proferida na Primeira Instância, cujo entendimento foi referendado pela douda Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.

### **VOTO DO RELATOR**

Como já se expôs no relatório, o nobre julgador monocrático, debruçando-se sobre os autos do processo, manifestou juízo pela nulidade absoluta do Auto de Infração.

Concordamos com a decisão proferida na Instância de 1º grau. Todavia, a nulidade do ato, ao nosso ver, decorre de incompetência dos agentes autuantes para praticá-lo, e não em razão de impedimento dos mesmos – como entendeu o ilustre julgador singular.

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS FISCAIS – que é a natureza da acusação fiscal descrita na peça exordial – não constitui atribuição específica de fiscalização de que fala o art. 717, parágrafo único, do Decreto nº 21.219/91.

Nesse contexto, os funcionários autuantes não dispunham de competência para promover ação fiscal desta espécie – mas somente poderiam exercer aquelas atribuições elencadas no artigo suscitado –, porquanto um ocupava o cargo de Agente Arrecadador e o outro a função de Assistente de Coletoria.

Com efeito, o ato praticado pelos autuantes – lavratura do Auto de Infração – é absolutamente nulo, por força do que prevê o art. 32 da Lei nº 12.732/97, **in verbis**:

“Art. 32 – São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de qualquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.”  
(Grifos apostos).

Definindo o que seja autoridade incompetente, assim reza o parágrafo 1º do art. 56 do Decreto nº 24.346/97 (que regulamenta a Lei nº 12.607/96): “Considera-se autoridade incompetente aquela a quem a legislação não confere atribuições para a prática do respectivo ato; ...” (Grifamos).

Isto posto, somos que se conheça do recurso oficial, negando-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão declaratória de nulidade do Auto de Infração proferida na Instância **a quo**, em conformidade com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

**DECISÃO**

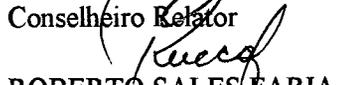
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido MUSA MANUFATURA E SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA.,

RESOLVEM os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para o fim de confirmar a decisão declaratória de NULIDADE do Auto de Infração proferida na Instância Singular, de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, 11/06/99.

  
ANA MONICA FILGUEIRAS MENESCAL NETVA  
Presidenta

  
RAIMUNDO AGEN MORAIS  
Conselheiro Relator

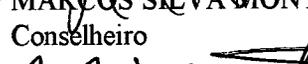
  
ROBERTO SALES FARIA  
Conselheiro

  
FRANCISCA ELENILDA DOS SANTOS  
Conselheira

  
DULCIMEIRE PEREIRA GOMES  
Conselheira

  
ELIAS LEITE FERNANDES  
Conselheiro

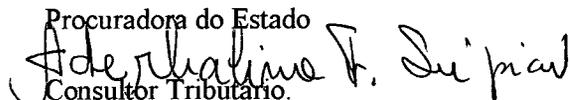
  
MARCOS SILVA MONTENEGRO  
Conselheiro

  
SAMUEL ALVES FACÓ  
Conselheiro

  
MARCOS ANTÔNIO BRASIL  
Conselheiro

Fomos presentes

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA  
Procuradora do Estado

  
Aderbalino F. Siqueira  
Consultor Tributário.